

ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende a necessidade de mudanças nos Códigos Penal e de Processo Penal do país; critica liminar da Justiça a respeito da greve na Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Aborda a greve dos servidores da Saúde.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Abelardo Luz.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discorre sobre suas articulações em Brasília.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Posiciona-se quanto à greve na Saúde.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Tigrinhos e São José do Cedro.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Relata reunião das bancadas do PP e PSDB.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mostra satisfação pelo acordo PSDB e PP.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Comemora acordo PP e PSDB.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Tece comentários sobre programas federais em prol da educação.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Cumprimenta o deputado Darci de Matos pelo tema abordado.

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA (aparte) - Reporta-se à experiência exitosa de Rio do Sul com a escola em tempo integral.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Ressalta a importância dos programas federais e de mais recursos para o financiamento da saúde.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Comemora o adiamento da regulamentação da jornada de trabalho dos transportadores de cargas do país; refere-se a ações que beneficiarão os agricultores e as agroindústrias catarinenses.

DEPUTADO SANDRO SILVA (pela ordem) - Registra a presença de autoridades da Udesc.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador José Maria Ferreira, de Correia Pinto.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Discorre sobre três indicações de sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Cumprimenta a direção da Udesc pelo trabalho.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta a direção da Udesc pelo trabalho.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Cumprimenta a direção da Udesc pelo trabalho.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta notícias sobre mudança nos projetos de ramais ferroviários em SC.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comemora o Dia do Radialista.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Parabeniza o deputado Nilson Gonçalves pelo Dia do Radialista.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Cumprimenta os radialistas pelo seu dia; pede união de forças para o combate à criminalidade.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Conclama as autoridades a combaterem a criminalidade que emana dos presídios; homenageia o deputado Nilson Gonçalves pelo Dia do Radialista.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discorre sobre a abertura dos 52° Jogos Abertos de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos

acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde.

Quero, mais uma vez, iniciar o meu pronunciamento citando o movimento nacional de policiais civis e militares na defesa de que sejam feitas mudanças no Código Penal Brasileiro para que os crimes praticados contra agentes de segurança pública, policiais, bombeiros, guardas municipais, quando esses estiverem no exercício da profissão, sejam penalizados de forma diferente, mais rigorosa e sejam considerados crimes hediondos. Isso é somente mais uma consequência da situação de insegurança pública que estamos enfrentando em nosso país.

Evidentemente que alguma coisa precisa ser feita de forma rápida pelos poderes constituídos, e a minha avaliação preliminar é que se fazem necessárias mudanças no Código Penal Brasileiro e no Código de Processo Penal, buscando maior agilidade e eficácia por parte do estado na hora de investigar e aplicar as sanções penais. A sensação de impunidade leva ao desespero uma proporção cada vez maior da população.

Em todas as nossas comunidades, nos bairros populares e até mesmo nos bairros considerados e ditos nobres dos centros urbanos a criminalidade tem atuado de forma cada vez mais aberta e mais descarada.

No bairro onde eu moro, deputado Jorge Teixeira, tem-se tornado difícil ir à padaria ou ao mercado, porque toda semana ocorre um assalto. E por saberem que sou deputado e policial, a cobrança é muito grande e correta, assim como a legitimidade da angústia também é correta. Mas a grande interrogação é por que nós não fazemos nada e, às vezes, sugerindo que os policiais civis e militares podem ser coniventes com a criminalidade, porque todos sabem quem são os traficantes do bairro, os ladrões; a polícia também sabe, o padre, os comerciantes, os professores, os profissionais de saúde do posto, mas infelizmente a legislação brasileira dificulta o trabalho de a polícia agir no sentido de cumprir

a lei e garantir que aquela pessoa saia de circulação.

O fato de a prisão só poder ser realizada em flagrante delito ou por determinação judicial torna fácil a vida dos marginais, porque o flagrante quase nunca é alcançado, inclusive porque o criminoso tem os chamados espiões, os olheiros, que podem ver a polícia se aproximando.

Além disso, a determinação judicial depende do convencimento do juiz de que foi aquele sujeito quem cometeu aqueles crimes e nem sempre a Polícia Civil consegue fazer todo o procedimento de forma a conseguir seu intento.

Então, diante dessa situação - e reporto-me, inclusive, aos militantes de esquerda da sociedade catarinense que estão-nos ouvindo, ou se tomam medidas mais ou menos rápidas ou o primeiro aventureiro de discurso fascista que apareça por aí vai ganhar a eleição para presidente da República. E falo o principal cargo do país, não dos outros. Quem prometer morte, cova, pena de morte, execução sumária, talvez sem processo, vai acabar ganhando a simpatia da maioria da população que está cada vez mais apavorada.

Essa minha avaliação de discutir uma penalidade maior ou rigor maior para quem cometer crime contra policiais é apenas um aspecto de um problema gigantesco que a sociedade brasileira tem que enfrentar.

Em Brasília e em outros lugares, em salas muito bem climatizadas, reúnem-se intelectuais - e nada contra os intelectuais de Sociologia, de Direito e de outras áreas - defendendo o abrandamento da punição. É isso que tem provocado essa folga cada vez maior daqueles que agem em conflito com a lei e contra a moralidade média da sociedade. Precisamos refletir sobre isso. Não podemos aceitar que qualquer pessoa seja morta, executada por qualquer outra. Se for um policial ou a dona Maria que está indo na feira não importa, todos têm o mesmo valor.

Então, precisamos refletir o problema no seu conjunto. É evidente que a indignação, a revolta, dos servidores da segurança é imensa quando veem

uma companheira, como foi a o caso da agente penitenciária Deise, ser executada por marginais na porta da própria casa. A indignação é muito grande. E essa indignação traz dentro de si os seus riscos para a construção de uma sociedade racional e humanitária.

Então, é preciso fazer justiça e condenar de forma adequada e rigorosa os autores de cada um desses crimes cometidos contra a sociedade brasileira. Ou se faz isso ou vamos perder de vez qualquer organização, qualquer racionalidade, vai haver uma desagregação maior da sociedade e a barbárie social vai-se aprofundar de forma mais violenta nos próximos anos.

São pequenos debates que precisam ser feitos e que precisam ser aprofundados ainda mais. É inaceitável que marginais disparem armas de fogo contra um prédio, uma edificação por menor que seja, onde estejam ou deveriam estar trabalhando policiais militares, civis ou agentes penitenciários.

Essa sensação de impunidade, essa tranquilidade com relação à fragilidade do sistema da segurança pública em Santa Catarina e no Brasil inteiro é que faz com que chegue a esse ponto. Precisamos refletir mais sobre isso.

Quero, neste último minuto, sr. presidente, referir-me à audiência pública realizada nesta manhã pela comissão de Saúde acerca da última liminar concedida pela Justiça a pedido do governo, que determinou que os grevistas não podem ficar a menos de 200m dos hospitais.

Não sei se o sindicato já foi intimado. Mas quero repetir o que disse ontem e hoje na audiência pública: é uma insanidade das autoridades que pediram que a Justiça determinasse isso. A decisão judicial anterior de manter 70% dos serviços funcionando não poderá ser cumprida se tiverem que cumprir essa última determinação. O mesmo corpo, deputado Jorge Teixeira, não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Se tiver que estar a pelo menos 200m do hospital, de que forma vai construir a garantia de que 70% dos serviços

serão realizados? De que forma vai realizar o socorro de urgência?

Então, isso precisa ser debatido. Nós precisamos chamar todo mundo à racionalidade. A irracionalidade não pode partir do estado. Porque essa atitude, essa decisão é irracional. A greve está forte e cada erro que as autoridades do estado cometem fortalece-a ainda mais. É preciso haver discussão, é preciso haver uma saída negociada! Que volte o governador!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, quero falar sobre a audiência pública que realizamos hoje pela manhã, nesta Casa, sobre a situação dos servidores públicos da Saúde que estão em greve e sua pauta de reivindicações.

Quero, antes de tudo, elogiar a participação dos servidores públicos estaduais da Saúde, porque estiveram presentes de forma massiva, de forma ordeira, educada, de forma civilizada, permitindo a realização de uma audiência pública com um tema sempre tão preocupante, no auge do movimento.

Parabéns aos servidores estaduais da Saúde que lotaram o Auditório Antonieta de Barros, inclusive uma grande quantidade de servidores teve que assistir do *hall* de entrada desta Casa, com certeza representando os milhares de servidores espalhados pelo nosso estado.

Eu quero dizer que as reivindicações dos servidores são mais que certas, justas, corretas, absolutamente defensáveis, porque, como já me manifestei desta tribuna outras vezes e hoje, na audiência pública, os recursos humanos representam um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde, o SUS. Nenhum empreendimento, por menor ou maior que seja, poderá dar certo se não contemplar uma forma de valorizar seus colaboradores, seus servidores, seus funcionários.

Então, neste sentido, para que o SUS em Santa Catarina também dê certo na plenitude que queremos, além do gerenciamento, além do financiamento e do controle social, que são os outros pilares fundamentais, também é necessário cuidar dos recursos humanos. Assim sendo, é preciso que o governo se atente a esse detalhe.

E qual é a reivindicação principal na valorização dos servidores? É uma gratificação - pode-se dar qualquer outro nome - por atividade de saúde aos profissionais lotados na secretaria estadual da Saúde do nosso estado. Além do concurso público, da reposição de pessoal, da reposição de materiais e medicamentos - foram feitas hoje, na audiência pública, várias denúncias sobre a falta de equipamentos, de medicamentos, de materiais nas várias unidades de serviços de saúde -, há necessidade de pessoal, porque se repondo pessoal, leitos de UTI serão ativados. Há muitos leitos desativados por falta de pessoal e os que estão funcionando estão sobrecarregados.

Mas quero ater-me aqui à Gratificação por Atividade de Saúde que os servidores da Saúde reivindicam. Essa reivindicação pode chegar a 60% da gratificação que os servidores da Fazenda recebem. Inclusive, falei hoje na audiência pública que se os servidores da Fazenda merecem uma gratificação porque são responsáveis pelas finanças do estado, pela arrecadação, pela receita, pela sustentação financeira de nosso estado, mas os servidores da Saúde são responsáveis pela vida, cujo valor é inestimável, é transcendental, deputados Ismael dos Santos e Jorge Teixeira.

Então, se queremos a humanização da saúde por parte dos servidores que vão atender aos pacientes e seus familiares, no sentido de tratá-los com carinho, com acolhimento, com um sorriso no rosto, de forma humana, e isso às vezes vale mais do que qualquer exame, do que qualquer medicamento, por outro lado, os servidores da Saúde têm que receber, de forma carinhosa, humana, o reconhecimento dos pacientes e dos seus

familiares, como também dos governos de todos os níveis. Estou falando aqui do governo do estado, mas poderia estar falando do governo federal ou do governo de cada município. Então, eles têm que receber o respeito, a consideração e a valorização por esse trabalho essencial, fundamental.

Por isso, quero dizer que a reivindicação é defensável e embora o governo apresente um demonstrativo da despesa com pessoal e alegue que já está no limite prudencial, que o percentual de despesa com pessoal já está em 45,58% - 46% seria o limite prudencial -, queremos esclarecer que a folha de pagamento da Saúde está em 39%, portanto essa área ainda tem crédito, e esse é um dado que tem que ser levado à mesa de negociação.

Srs. deputados, outro dado importante é que a hora/plantão e o sobreaviso recebidos pelos servidores podem ser reestudados, pois 70% desse valor tem como ser eliminado e ficar só com a demanda real dos serviços, que precisa de hora/plantão e sobreaviso. Então, vamos pagar a demanda real! E só essa economia de 70% da hora/plantão e do sobreaviso já daria para atender à solicitação de uma gratificação, pois seria uma economia de R\$ 6 milhões. Isso vai ficando na conta para poder atender o impacto que poderia chegar a R\$ 15 milhões, R\$ 16 milhões ou R\$ 17 milhões.

Por outro lado, com relação ao Fundo Social, de acordo com o levantamento feito Tribunal de Contas do Estado, de 2006 até agora, R\$ 400 milhões foram para o Fundo Social e para os fundos do Seitec. Não tenho nada contra, mas não à custa da Saúde, sacrificando esse setor. Os 12% da Saúde têm que ser destinados para a Saúde antes dos recursos comporem os fundos.

Poderíamos considerar o Revigorar 3 do ano passado! Esta Casa ratificou o projeto de lei que o governador pediu de volta e reencaminhou para que os recursos fossem destinados para a Saúde, excluindo os 25% da cota dos municípios. Foram arrecadados perto de R\$ 220 milhões, no entanto, menos de 10% desses recursos, deputado Antônio Aguiar, foram destinados à Saúde. Esses recursos

foram utilizados pela secretaria da Fazenda para cobrir outras despesas, outros furos do estado.

Então, o governo do estado deve mais de R\$ 200 milhões para a Saúde. Esse valor de ser somado àquele decorrente da reorganização da hora/plantão e do sobreaviso e também aos do Fundo Social e do Seitec que foram desviados. Além disso, o governo do estado recebeu R\$ 3 bilhões do governo federal como compensação em função da equalização das alíquotas de importação. Desse valor, eu ouvi o governador declarar mais de uma vez que destinaria em torno de R\$ 350 milhões a R\$ 400 milhões para a Saúde.

Poderia continuar a enumerar outras situações que poderão reunir fontes diversas de recursos para atender a essa conclamação dos servidores públicos do estado, para dar à Saúde o *status* de prioridade número um, dois e três, conforme promessa do governador.

Portanto, estamos, através da comissão de Saúde, encaminhando ao governo do estado um documento solicitando a reabertura das negociações e que nós, deputados, da Assembleia Legislativa estamos à disposição para contribuir nessa interlocução e na solução dessa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do meu amigo, vereador Armindo, o Bica, de Abelardo Luz, juntamente com Otílio, da Câmara de Vereadores, Antônio Medeiros e Sebastião Vitti Cândido, que vêm à capital com várias reivindicações e projetos a serem protocolados e hoje nos dão a honra da sua visita a a Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael

dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, em primeiro lugar, de registrar a presença dos vereadores Alice Bittencourt, de Jaguaruna, sul do estado, vereadora mais votada daquela cidade, e também Lédio Gerhardt, de Biguaçu, que prestigiam esta sessão.

Cumprimento o público que acompanha esta sessão pela TVAL, em especial os ouvintes da Rádio Alesc Digital por ser hoje o Dia do Radialista, 7 de novembro. Parabéns aos profissionais do microfone, em especial àqueles que trabalham nesta Casa difundindo as notícias e as ações dos parlamentares através da rádio. Tivemos a oportunidade de, aos 15 anos, começar programas radiofônicos na nossa querida Lages, a Princesa da Serra, e temos procurado, semanalmente, estar presente também através desse meio de comunicação.

Gostaria, ainda, de festejar a vitória de Barack Obama e dizer que se fosse norte-americano teria votado nele. Gostei muito da frase que ele colocou no Twitter hoje: "O melhor está por vir." Que assim seja!

Deputado Volnei Morastoni, com quem tive a oportunidade de me encontrar nos corredores da Câmara Federal ontem, gostaria de dizer que entre as coisas que me chamaram a atenção, tendo em vista os movimentos constantes que há no Congresso Nacional, foi um grupo que estava à porta da sala de reuniões do Partido dos Trabalhadores com camisetas dizendo: "100% dos *royalties* do petróleo brasileiro para a educação."

Mas eu faria uma segunda proposta, hipoteticamente, pois não temos essa força para movimentar Brasília: quem sabe 50% para a educação e 50% para a saúde? Seria uma saída bastante interessante. Fica aqui a sugestão aos nossos amigos do Partido dos Trabalhadores para conversarem com a presidente Dilma Rousseff nesse sentido. Quem sabe não surja um movimento para fazer essa partilha entre saúde e educação?

Tivemos também ontem a oportunidade de participar, em Brasília, pelo menos participamos do final, da sessão solene em homenagem aos 100 anos da Guerra do Contestado, uma data histórica, pois se trata de um conflito que envolveu mais de 20 mil catarinenses, na maioria pessoas simples, e que tratava, basicamente, de um litígio de terras entre Santa Catarina e o Paraná com consequências sociais, culturais, religiosas e econômicas de outubro de 1912 a agosto de 1916. Foram quatro anos de conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder federal, talvez pela falta da regularização, à época, da posse de terras, da insatisfação com as políticas públicas, da própria construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, feita por uma empreiteira norte-americana com o apoio dos coronéis; também pelos camponeses que perderam as suas terras, tudo isso fomentado pelo messianismo na figura do monge João Maria. Foram mais de 2 mil caboclos rebeldes, na sua maioria armados, que tiveram 50% de baixas: cinco mil catarinenses morreram na Guerra do Contestado, sem falar dos soldados, sete mil, mais mil civis contratados também pelas forças militares, 800 pessoas no total.

De fato aplaudimos a iniciativa do Congresso Nacional de realizar essa sessão solene, porque lembrar é resgatar as referências históricas, culturais, econômicas e até turísticas daquela região de Santa Catarina, que orgulha todos nós, catarinenses, em especial, o meio-oeste do estado.

Em nosso périplo pelo Congresso Nacional, iniciamos pelo gabinete do deputado federal Décio Lima e fomos recebidos para falar sobre algumas emendas que nos próximos dias deverão fazer parte do Orçamento da nação, recursos esses que virão para Santa Catarina, sobretudo, à área de pavimentação. Desde já agradeço ao deputado pela acolhida.

Também estivemos com o senador Paulo Bauer, que nos recebeu em audiência. Na ocasião apresentamos algumas emendas na área cultural e esperamos que sejam bem sucedidas.

Finalmente, encerramos a nossa agenda em Brasília numa visita à subsecretaria de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal. Fomos conhecer de perto a proposta do DF no enfrentamento das drogas. É bem verdade que há uma realidade diferenciada de Santa Catarina, até porque lá não há municípios, existem regiões. São 30 ou 35 regiões, que equivaleriam aos nossos municípios e que facilitam um pouco o controle, por parte da subsecretaria, das ações no Distrito Federal.

Fomos recebidos pelo dr. Mário Guimarães, que é da Polícia Civil e entende muito dessa área de combate e prevenção às drogas e uma das sugestões que recebemos foi a de um edital. Eles já estão um pouco mais avançados do que nós, em Santa Catarina, na convocação das comunidades terapêuticas e na parceria da compra de vagas por parte do governo do Distrito Federal. Já há, hoje, 250 vagas financiadas e há um projeto de chegar a 900 vagas. Acreditamos que essa proposta do Distrito Federal vai também fomentar o debate que teremos aqui, no final de novembro, de uma forma intersetorial, com as secretarias de Saúde, Educação, Justiça e Cidadania, Segurança Pública e Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Esperamos, finalmente, ter esse diálogo, como disse, intersetorial, para que possamos, de uma vez por todas, entregar a Santa Catarina, com a participação deste Parlamento e da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, uma proposta mínima de políticas públicas no combate e prevenção das drogas, o que ainda está faltando em Santa Catarina. E aí abrangendo todos os eixos, desde a reabilitação, prevenção e repressão, até a reinserção social.

Portanto, entendemos que foi proveitoso o nosso roteiro, ontem, em Brasília por todas essas perspectivas. Mas, sobretudo, destaco aqui essa visita à subsecretaria de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal, que certamente há de contribuir para o debate que faremos: o I Encontro Catarinense de Comunidades Terapêuticas e de Políticas Públicas juntamente com essas secretarias aqui já declinadas, no final de

novembro, inclusive com a presença do sr. governador.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o tema que me traz à tribuna, nesta tarde de quarta-feira, deputado Ismael dos Santos, é realmente a saúde.

Ontem, v.exa. acompanhou no Congresso Nacional manifestações de muitas pessoas querendo recursos para a área da educação, dos *royalties* do petróleo. Eu também defendo que uma parte desses recursos vá para a área da saúde, mas nunca deixando de cobrar do governador do estado de Santa Catarina as prioridades do seu governo, que, diante de tantas, a primeira, a segunda e a terceira seriam a área da saúde. Estamos findando o segundo ano de mandato e na área da saúde não houve nada que melhorasse as condições de trabalho dos profissionais da área da saúde, como também o atendimento das pessoas que necessitam desse serviço.

Falo isso, srs. parlamentares e público catarinense, porque colocar a culpa do caos em que se encontra a saúde em Santa Catarina no Sindsaúde ou naqueles que fazem uma manifestação ordeira, como a que está acontecendo no nosso estado, deputado Padre Pedro Baldissera, é uma irresponsabilidade do governador do estado.

Falo isso porque a falta de abertura de leitos no Hospital Joana de Gusmão; a falta da abertura de leitos já prontos no Hospital Celso Ramos; a falta de conserto do aparelho de mamografia da região serrana, região do governador do estado; a falta de atendimento radioterápico também na

região serrana e o não-funcionamento das salas de cirurgia do Hospital Regional de São José é que são a razão da greve na Saúde, ou seja, a completa falta de investimentos.

Falo isso também porque o governo federal tem destinado recursos para o estado de Santa Catarina, mas os servidores da Saúde não são prioridade para o governo estadual. Não é prioridade também o atendimento da nossa população. Deputado Sandro Silva, os funcionários do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, hoje estiveram aqui para ver se o governador do estado abre um canal de negociação, e para tanto peço a sua interferência.

Considero justa a reivindicação dessa categoria, pois sou enfermeira e entendo o que está passando. Falei isso hoje para o representante da secretaria de Saúde, pois, infelizmente, o secretário não teve a coragem de enfrentar esse problema.

Dissemos ao dr. Valter que as pessoas estão em greve não porque querem. É muito mais cansativo ficar em greve do que estar no local de trabalho. Não é por isso que eles estão em greve. Elas querem é melhores condições de trabalho, melhores salários e, principalmente, a garantia do que foi negociado e que já é de direito dos profissionais: a hora/plantão e as 30 horas semanais.

O primeiro encaminhamento dessa audiência pública, sr. parlamentares, é que o governo do estado abra um canal de negociação, ou melhor, recomece as negociações com o sindicato, olhe suas reivindicações que já vêm de muitos anos. É isto que os servidores querem: diálogo com o governador, diálogo com o secretário de estado da Saúde.

O outro encaminhamento, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que esteve na audiência pública, é que a comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, visite os hospitais estaduais e verifique as condições de trabalho e de atendimento a nossa população.

Deputado Padre Pedro Baldissera, é inadmissível que numa maternidade que é referência no estado de Santa Catarina, a Carmela Dutra, faltem *Buscopan* e *Dipirona* para medicar as parturientes.

Então, nessas visitas vamos encontrar leitos desativados em vários hospitais estaduais; vamos encontrar equipamentos quebrados ou sem manutenção; vamos verificar a falta de medicamentos em algumas unidades de emergência.

É por isso que essa categoria tão especial está reivindicando também condições de trabalho para humanizar os serviços de saúde, mas ela também precisa de um atendimento humanizado por parte do governo do estado de Santa Catarina, porque foi promessa, sim, do governador Raimundo Colombo, na campanha eleitoral, dar prioridade à área da saúde.

Falo isso também, srs. parlamentares, porque lá em Blumenau, durante todo o processo eleitoral, parecia que não havia problemas na área da saúde, seja no programa Estratégia da Saúde da Família, seja nos postos de saúde. Mas agora que já passou o segundo turno, estão estampadas nas páginas de todos os jornais notícias acerca da falta de atendimento médico, da falta de profissionais especializados nos postos de saúde de Blumenau.

Só agora perceberam isso? Só agora perceberam que aquela população está carente de investimentos na área da saúde? Infelizmente, a prefeitura municipal de Blumenau enganou a população durante todo o processo e os meios de comunicação também não noticiaram esses fatos!

Mas a população está sofrendo, tanto que a reivindicação número um para o próximo prefeito da nossa cidade é essa questão, tamanho o descaso que vivenciou todo esse tempo.

Mas estamos aqui para reivindicar o atendimento adequado, humanizado, respeitoso à nossa população, mas também um tratamento digno aos profissionais da saúde que fazem o atendimento dos pacientes nos hospitais estaduais de Santa Catarina.

Srs. parlamentares, a decisão da categoria foi de esperar a volta do governador Raimundo Colombo, que infelizmente foi viajar numa época em que toda categoria estava parada, pois o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, não está atendendo a comissão de negociação, o que é uma falta de respeito com esses profissionais, é uma falta de respeito com a população catarinense e é uma falta de respeito com o Parlamento catarinense.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Joceli Kobs e Silvenio João Schneider, do município de Tigrinhos, e também dos vereadores do Município de São José do Cedro, Pedrinho Casarin e Ironi Fedrizzi.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, que tão bem representa o planalto norte catarinense, tomei conhecimento de que v.exa. fez um pronunciamento, no dia de ontem, nesta Casa, defendendo mais investimentos para aquela norte. Comungo e convalido seu pronunciamento, sua fala, e a respeito desse assunto pretende manifestar-me após a Ordem do Dia, para fazer a defesa da recuperação e da implantação da malha ferroviária no planalto norte.

O assunto que me traz à tribuna neste momento, sr. presidente, é que hoje, ao meio-dia, a bancada

do Partido Progressista reuniu-se com a bancada do PSDB para conversar, para dialogar, e para trocar, além de informações, algumas decisões que vamos implementar não só no discurso, mas também na prática.

Estavam presentes o deputado Dado Chereim, que é o líder do PSDB, deputado Nilson Gonçalves, amigo pessoal e que tem sempre defendido não só Joinville, mas o planalto norte e Santa Catarina.

A verdade é que temos alguns encaminhamentos para o futuro, tanto na Assembleia Legislativa, nas questões administrativas, como na política do partido no cenário catarinense e no cenário nacional. Nesse encontro tomamos algumas decisões informais, mas em política a confiança na palavra é o documento mais sério desde que se cumpram os compromissos assumidos.

Existe a convergência no sentido de continuarmos trabalhando pelo consenso no que tange à escolha da Mesa Diretora, à participação nas comissões e a outras atividades que são desempenhadas pelos deputados. A conclusão a que chegamos é que há um objetivo comum, tanto do Partido Progressista, como do PSDB, de defender esses interesses em conjunto.

O segundo ponto que também acordamos, de interesse comum, é a defesa não somente da questão administrativa da Assembleia, mas também no que diz respeito aos interesses dos municípios governados pelo PP e pelo PSDB. Portanto, a partir de hoje estaremos defendendo os interesses comuns dessas duas bancadas quanto aos pleitos, às reivindicações das administrações municipais que são conduzidas por prefeitos nossos.

Não podemos desconsiderar, sr. presidente, que todos os partidos já começam a se movimentar para as eleições estaduais e federais. Passamos por eleições municipais há poucos dias e já se começa a trabalhar projetando o futuro dos partidos e das candidaturas majoritárias e proporcionais.

Também defendemos a tese da necessidade da reforma no âmbito federal, pois é lá que se pode decidir, para a unificação das eleições neste

país, visando ao fortalecimento efetivo dos partidos.

Esperamos agir conjuntamente para que os projetos da reforma eleitoral e da reforma política possam acontecer de fato, ao mesmo tempo em que, obviamente, já pensamos nas eleições que se estão aproximando: para governador e vice, para deputados estaduais, federais e senadores.

Penso, deputado Nilson Gonçalves, que depois dessa importante reunião que tivemos hoje, perpassada de muito respeito e muita amizade, os acordos rendam frutos não somente para os partidos e para a sociedade, deputado Dado Chereim, mas também para esta Casa, onde há um desejo maior de continuar trabalhando dentro do consenso em todas as atividades importantes para o Parlamento.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, o deputado Silvio Dreveck acabou de fazer uma explanação sobre questões políticas desta Casa envolvendo dois grandes partidos que compõem a Assembleia Legislativa, o PP e o PSDB.

Quero, na verdade, corroborar todas as palavras do deputado e amigo particular Silvio Dreveck e acrescentar, se me permitir, deputado, mais alguns itens a essa nossa conversa, a esse nosso entendimento no dia de hoje.

Com um pouquinho de antecedência, a convite de nosso líder, deputado Dado Chereim, tivemos uma reunião da nossa bancada. Estavam presentes os deputados Marcos Vieira, Dóia Guglielmi e não compareceram os deputados Gilmar Knaesel e Serafim Venzon por conta de compromissos assumidos em Brasília no dia de hoje, mas que também falam a mesma língua, possuem o mesmo entendimento do partido, da bancada que, aliás, graças ao

espírito conciliador do nosso líder, está vivendo talvez um dos melhores momentos nesta Casa.

Após essa reunião, a convite do PP, estivemos reunidos no gabinete do deputado Silvio Dreveck, que, diga-se de passagem, é um gabinete em que nos sentimos muito à vontade e onde tivemos a oportunidade, inclusive, de ajudá-lo em viagens na América do Sul servindo de intérprete com o nosso espanhol.

O assunto do almoço de hoje foi bastante interessante, até porque já estamos num processo de conversações ainda informais em nível de Presidência da Casa. Já se conversa pensando nos dois próximos anos e como o PP e o PSDB possuem uma sintonia que antecede essas conversações e já têm um entendimento não só de amizade, mas também político-partidário, resolveram sentar-se no dia de hoje para uma conversa que poderá render frutos lá na frente, evidentemente dentro dos bons costumes, dentro da transparência que requer a política.

Num primeiro momento, o PSDB tinha o entendimento de que deveria participar desse processo lançando também o seu candidato à Presidência desta Casa, por que não? O PSDB já faz por merecer isso há muito tempo, mas num gesto de boa vontade, num entendimento com o PP, resolveu que deve praticar um gesto de renúncia e participar do processo, como também entendeu que deve haver, mais adiante, conversações com o PP e o PMDB, no sentido de cada partido ocupar a Presidência por um ano.

Essa foi a conversa, o entendimento que houve. E a tendência é caminharmos nesse sentido, ou seja, os seis parlamentares do PSDB e os cinco do PP convergem para esse encaminhamento, têm esse propósito. Evidentemente, teremos adiante muitas conversas, mas nessa arrancada o PP e o PSDB têm o entendimento de formar esse bloco partidário transparente, a fim de que possam de forma muito clara traçar os passos para a eleição da Mesa Diretora desta Casa.

Foi uma conversa muito tranquila, até porque foi entre pessoas que se olham nos olhos, que

antes de tudo são amigas e convergem para um entendimento político também. Fico muito a vontade porque me cerco de amigos não apenas da política, mas amigos de coração. Estou muito feliz pelo primeiro passo político dado por essas duas agremiações de Santa Catarina, passo esse que se vai refletir nos entendimentos para a composição da Mesa Diretora desta Casa e as questões pontuais em nível administrativo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Gostaríamos de agradecer, na parte que nos toca, pela generosidade de v.exa. com respeito a essa boa relação que construímos nesta Casa e do grande encaminhamento feito hoje com o fechamento desse bloco do PSDB com o PP, com 11 votos encaminhados, num primeiro momento, para a construção de um projeto que contemple os 40 deputados.

É isso o que pretendemos, deputado Padre Pedro Baldissera. O PSDB praticou o gesto de dizer que não pleiteia o posto para abrir espaço para o PMDB, que tem a maior bancada, para continuarmos mantendo aquele projeto vencedor que estamos empreendendo há algum tempo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Um projeto que possa contemplar os 40 deputados, um entendimento amplo é o que queremos, e assim deverá acontecer, se Deus quiser!

Devo fazer uma menção especial ao deputado Dado Cherem, que tem sido peça fundamental na bancada do PSDB e um conciliador de primeira hora, conseguindo aglutinar todos os deputados num pensamento único.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Eu pretendo falar, rapidamente, a respeito de dois programas do governo federal, deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta, que reputo de fundamental importância para a preparação do nosso país para o futuro, a fim de que possamos ter perspectivas de, efetivamente, até 2020, sermos a quinta potência econômica mundial e, quem sabe, a médio prazo, uma das maiores potências mundiais.

O primeiro programa, deputado Nilson Gonçalves, é o Mais Educação, da presidente Dilma Rousseff. Esse programa contempla uma ação que certamente todos nós, parlamentares, defendemos: a implantação da escola em tempo integral no Brasil.

Estive, no ano passado na Espanha; visitei muitos países desenvolvidos e todos eles, sem exceção, têm, deputado Nilson Gonçalves, escola em tempo integral. As crianças ficam o dia todo na escola cumprindo uma grade curricular, fazendo atividades extracurriculares tais como idiomas, esportes, reforço escolar e assim por diante.

Não há outro caminho a não ser o caminho, deputado Dado Cherem, da escola em tempo integral, caso contrário as crianças ficam um período na escola bem alimentadas, bem instruídas, bem educados, mas no contraturno ficam na rua sujeitas às drogas, à prostituição, ao mau caminho.

O Mais Educação, da presidente Dilma Rousseff, que já está sendo implementado em todo o Brasil, tem recursos, deputado Neodi Saretta, para iniciar esse projeto de fundamental importância para a educação e para o país nas regiões de baixo IDH, nas regiões e bairros mais carentes. A implantação da escola em tempo integral será em parceria com o governo federal, com o governo do estado, mas, sobretudo, com os municípios e representará a grande revolução na educação em nosso país.

O segundo programa, sr. presidente, também do governo federal, é o Ciência sem Fronteira, deputado Jorge Teixeira, e a revista Veja fez uma matéria sobre ele.

Nós sabemos que os países desenvolvidos, todos, sem exceção, como, por exemplo, a Coreia do Sul, que

nas últimas décadas vivenciou uma verdadeira revolução nos seus índices de desenvolvimento, de qualidade de vida, passaram por investimentos pesados na educação, na inovação, na pesquisa e no campo tecnológico.

Assim, a presidente Dilma Rousseff lançou o programa Ciência sem Fronteira, num investimento de R\$ 2 bilhões do governo federal, numa parceria com a iniciativa privada, para mandar, em quatro anos, 100 mil estudantes para atuar na área da pesquisa, da ciência e da tecnologia em países desenvolvidos que dominam há muitos anos a biotecnologia, a química fina, a robótica, o mundo da informática, como, por exemplo, a China, a Coreia do Sul, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Canadá.

Esse programa, deputado Nilson Gonçalves, é revolucionário, porque a China, da década de 70 até hoje, mandou para o exterior dois milhões de estudantes, que buscaram conhecimento nos países desenvolvidos e ao retornarem para seu país incrementaram o setor de tecnologia para o desenvolvimento. Não é por nada que hoje a China se constitui numa das grandes potências econômicas do mundo.

Portanto, eu não poderia deixar, deputado Dado Cherem, de afirmar com convicção que os programas Mais Educação e Ciência sem Fronteira significam uma luz no fim do túnel, que não é o trem que está vindo para cima de nós, mas uma perspectiva de crescimento concreta, de melhoria dos índices econômicos, sociais, de segurança pública, de IDH em todo país, sobretudo nas regiões mais carentes de nosso estado e do Brasil.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - v.exa. com muita honra.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Darci de Matos, primeiramente quero parabenizá-lo pelo tema muito oportuno, pois o mundo vive uma grande revolução técnica e social. Os avanços da tecnologia estão fazendo um mundo muito mais transparente, mais rápido e isso passa, com certeza, por investimentos.

Usa-se muito um bordão na vida pública que a saúde é um poço sem fundo, fala-se muito isso, que todo investimento é pequeno. Mas é pequeno porque a medicina se tornou para muitos um comércio muito caro. Então, quando v.exa. fala em biotecnologia, está falando a medicina voltada para a saúde do homem. As grandes multinacionais estão fazendo investimentos maciços na área da imagem, da robótica, e na medicina isso tem um custo muito alto para a sociedade, para o ser humano.

Eu sou entusiasta da biotecnologia, acho que o governo tem que fazer investimentos ou ser parceiro de grandes investidores na área de biotecnologia voltada à saúde da população. A GE, que até pouco tempo era sinônimo de eletrodomésticos, hoje é sinônimo de medicina, de ressonância magnética, de tomografia, enfim, de aparelhos que têm alto custo e dão retorno à empresa. Por isso a necessidade de os governantes acordarem para a biotecnologia, fazerem os investimentos necessários nessa área que v.exa. aborda.

Parabéns, deputado Darci de Matos!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Dado Cherem!

Sem dúvida alguma, esses 100 mil estudantes que vão trabalhar e estudar na área de pesquisa nos países mais desenvolvidos trarão conhecimentos fundamentais na área da saúde, da agricultura, do mundo empresarial, enfim, em todas as áreas que são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico sustentável de nosso país.

Sr. presidente, encerro minhas palavras falando da importância da escola de ensino integral e da formação profissional. Recebemos a GM e a BMW e precisamos de mão de obra qualificada, porque a mão de obra qualificada aquece a economia e provoca novos empreendimentos, novos postos de trabalho e, além disso, melhora a remuneração dos nossos trabalhadores.

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço v.exa., que é representante do alto vale!

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - Deputado Darci de Matos, realmente esse tema é relevante. Desde 2005 implantamos, na cidade de Rio do Sul, uma escola em tempo integral que reputo ser o maior projeto de inclusão social que tivemos naquela cidade, porque o homem e a mulher puderam trabalhar enquanto seus filhos estavam sendo alimentados, educados e instruídos em tempo integral, no turno e no contraturno, tornando-se cidadãos cumpridores dos seus deveres sociais e pessoas mais preparadas para o mercado de trabalho.

Realmente, esse projeto do governo federal vem em boa hora para auxiliar os municípios que já iniciaram ou estão-se preparando para implementar a escola em tempo integral, que reputo, assim como v.exa., de relevante importância para o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Jorge Teixeira, e muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, gostaria de, neste horário dos Partidos Políticos, abordar alguns temas relacionados à saúde até porque recentemente foi divulgado, através do ministério da Saúde, que Santa Catarina receberá mais alguns laboratórios regionais de prótese dentária. Os municípios dessa feita beneficiados são: Anchieta, Descanso, Lageado Grande, Paial e Riqueza, todos do oeste catarinense.

Dessa forma, através do programa Brasil Sorridente, Santa Catarina passa a ter 78

laboratórios regionais de prótese dentária, ação que faz parte da Política Nacional de Saúde Bucal, que prevê uma série de medidas para facilitar e ampliar o acesso da população ao tratamento odontológico gratuito por meio do SUS.

Faço essas reflexões no contexto de uma discussão que temos feito com certa frequência sobre o financiamento da saúde no Brasil. Novamente, em Santa Catarina temos um movimento grevista dos servidores da área da saúde, que reivindicam melhores condições de trabalho e melhores salários.

Tivemos por muito tempo uma discussão sobre a regulamentação da Emenda n. 29 e entendemos que o Brasil - e quando falo em Brasil englobo as três esferas de governo, município, estado e união - precisa investir mais em saúde.

Ontem houve, no Congresso Nacional, uma discussão importante para o país sobre a questão dos *royalties* do petróleo. Havia uma proposta que destinava esses recursos dos *royalties* para a educação. É uma proposta importante. Mas nos perguntamos se não poderia ter-se discutido a destinação para as áreas da educação e da saúde. Infelizmente, não foi assim que o Congresso Nacional entendeu, pois rejeitou a proposta que previa recursos para a educação, mas vamos continuar debatendo o financiamento da educação juntamente com esse tema que estou abordando, que é o financiamento da saúde.

N Brasil houve avanços importantes em termos de inclusão social, houve um aumento substancial da classe média brasileira, milhões de pessoas foram retiradas da pobreza, mas se quiser ser efetivamente um país desenvolvido em todos os níveis, precisa discutir seriamente o aumento do volume de recursos para investir na saúde.

Há programas importantes em nível nacional sendo desenvolvidos, temos o Estratégia Saúde da Família, que embora ainda não atinja 100% da população, já tem níveis médios muito razoáveis, mas os municípios e os estados precisam continuar avançando. Temos agora as UPAs, Unidades de Pronto Atendimento, que são importantes, mas precisamos

avançar mais, e avançar mais passa necessariamente por mais recursos para a área da saúde.

Há outras medidas importantes também. Agora mesmo o governo federal anunciou a contratação de hospitais, através de consulta pública, para estruturar o processo de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços que são realizados nas unidades hospitalares. Isso é importante porque quando se fala em saúde, precisamos discutir os recursos, o financiamento, a quantia, as ações, mas também a qualidade da saúde.

O governo do estado, deputado Darci de Matos, v.exa. que está assumindo a liderança do governo, e aproveito para parabenizá-lo e desejar-lhe êxito, precisa avançar mais. A aplicação dos rasos 12% na Saúde não é suficiente. Já não é suficiente cumprir apenas o mínimo constitucional. Entendo que não é suficiente que os municípios cumpram apenas o mínimo constitucional, ao aplicar rasos 15% na Saúde. Deputado Mauro de Nadal, v.exa. já foi prefeito, eu também já fui, e aplicávamos mais que isso. Em meu período de governo cheguei a aplicar, em alguns momentos, 22% na Saúde.

Portanto, não pode se continuar falando em 15%, porque as demandas aumentaram, as exigências aumentaram e a área da saúde é prioridade. Já falei isso em sessões anteriores e se no âmbito das eleições municipais deste ano, a saúde foi o tema mais debatido, é porque efetivamente são necessárias mais ações.

Então, quero cumprimentar o ministério da Saúde por mais esses laboratórios de prótese para os municípios do oeste, mais especificamente nos municípios de Anchieta, Descanso, Lageado Grande, Paial e Riqueza. No caso de Paial, por exemplo, um dos menores municípios, economicamente talvez um dos menos abastados do alto Uruguai catarinense, haverá um ganho importante para a saúde.

Outro assunto que gostaria ainda de destacar é o programa Crack, é possível vencer, um programa que reúne um conjunto de ações do governo federal para enfrentar a questão do *crack* e outras drogas, que já conta com a adesão de 12 estados brasileiros localizados nas mais diversas regiões.

Todos os estados do sul estão inseridos, inclusive Santa Catarina, que disporá de R\$ 56 milhões do governo federal para investir até 2014. Essa é uma ação importante, que deve ser realizada em conjunto entre o governo federal e os governos de estado.

Sr. presidente e srs. deputados, eram essas as reflexões que tinha para o dia de hoje no horário da nossa bancada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, primeiramente, quero referendar o evento que acontecerá, neste Parlamento, no dia 19 de novembro, com a presença do Fórum Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas, que realizará uma importante reunião para instalação, em Santa Catarina, do referido fórum.

Nesse mesmo dia, à noite, pessoas serão homenageadas nesta Casa pelos parlamentares, sendo que à tarde ocorrerá a implantação desse fórum no estado catarinense, que tem por objetivo analisar os novos encaminhamentos que serão feitos no Congresso Nacional sobre as normativas estabelecidas pela Lei n. 12.619/2012, que regulamenta a jornada de trabalho dos transportadores de cargas de todo o país.

Como foi acompanhado pela grande mídia e também de perto pelos nobres pares desta Casa, pudemos perceber somente no estado de Santa Catarina o enorme transtorno que ocasionou a paralisação que foi feita este ano, no momento em que essa normativa entrou em vigor, fazendo com que todos os caminhoneiros e as empresas transportadoras tivessem que se adequar a um novo

sistema, a uma nova forma de guiar a sua frota, os seus caminhões de carga.

Essa paralisação acabou trazendo prejuízos consideráveis para Santa Catarina, mas todos os parlamentares que representam o nosso estado em Brasília foram sensíveis a esse tema e conseguiram fazer com que essa norma fosse suspensa até que se faça um novo estudo de como o país vai viabilizar a aplicação desse novo modelo, que tem o objetivo louvável de melhorar a segurança no trânsito e, acima de tudo, a qualidade de vida dos caminhoneiros, que cortam de norte a sul o Brasil para transportar as riquezas produzidas tanto pela nossa indústria quanto pela agricultura.

A reivindicação é justa, até porque na atual conjuntura é impossível fazer com que os nossos motoristas, a cada quatro horas rodadas com o seu caminhão, parem por 30 minutos para descanso, sabendo que as nossas rodovias não estão preparadas para oferecer segurança aos caminhoneiros.

Então, há muitas coisas que precisamos adaptar para que isso possa ser respeitado e atingido, na verdade, aquele que é o seu objetivo: a segurança e o bem-estar do caminhoneiro e a manutenção do modelo que transporta riquezas e alimenta muitas famílias neste país.

Portanto, acredito que esse evento terá a participação dos parlamentares, pela importância que ele tem e até porque Santa Catarina integrará esse fórum em nível nacional, levando a opinião das transportadoras do nosso estado.

Por outro lado, sr. presidente, acompanhamos com um pouco de tristeza, ontem, algumas matérias dando conta de que mais uma empresa do nosso estado sofreu com o problema do alto custo do milho. Ficamos sabendo que a Agrovêneta foi adquirida pela GBS Friboi.

Com o mesmo problema de dificuldades para manter suas atividades encontra-se a Diplomata, que tem muitas atividades na região oeste e extremo oeste do nosso estado, o que está fazendo com que os agricultores acabem socorrendo-se de novos financiamentos bancários para honrar seus

compromissos. Então, fizeram muitos financiamentos que agora estão sendo refinanciados para poderem pagar os seus compromissos, uma vez que não há expectativa próxima de receber recursos dessa empresa. Além disso, sobre aquele sistema produtivo estava depositado também o sonho de sua família.

Vemos que o governo do estado e o governo federal têm a mesma ideia de tentar viabilizar formas no sentido de que a cadeia produtiva continue suas atividades. Ao mesmo tempo, percebemos que os incentivos que estão sendo colocados para o agricultor ainda não atendem à sua expectativa, que é a diminuição de custo para tornar o produto, através das agroindústrias, competitivo.

Por outro lado, alegrou-nos saber ontem que a Empresa de Planejamento e Logística, a EPL, através de Bernardo Figueiredo, anunciou, no Rio Grande do Sul, um novo traçado para a Ferrovia Norte/Sul, que terá um traçado todo especial para o oeste e o extremo oeste de Santa Catarina. Na nova formulação apresentada, a estrada de ferro sairá de Panorama, em São Paulo, passando por Cascavel, Chapecó, Erechim e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, justamente a região que está sofrendo de forma considerável pelo alto custo da matéria-prima para fazer ração, principal alimento dos animais.

O produto de exportação das agroindústrias de Santa Catarina precisa se tornar competitivo, e esse milho precisa ter um preço compatível com os preços praticados em outros países, permitindo que Santa Catarina e o Brasil possam competir no mercado internacional.

Hoje temos, com a edição da última medida provisória, a possibilidade de adquirir milho no Paraná a R\$ 21,00 a saca, mas sabemos que esse milho está chegando às agroindústrias do estado de Santa Catarina a, no mínimo, R\$ 32,00 a saca. Não há forma de competir no mercado adquirindo milho nesse preço em função alto valor do transporte rodoviário. Já o transporte ferroviário fará com que esse milho chegue à cadeia produtiva com menor

preço, tornando o nosso produto mais competitivo e levando um alento a todas as empresas que exploram esse ramo no estado, principalmente para que as cooperativas, que são a grande marca de Santa Catarina e servem de modelo para todo o país, possam continuar mantendo suas atividades.

Nesse mesmo sentido, trago para conhecimento dos nobres pares o que foi abordado numa reunião que tivemos com o governador do estado, há alguns dias, juntamente com o presidente da Fecoagro, Luiz Vicente Suzin, sobre o direcionamento de um dos berços do porto de Itajaí para fazer a descarga dos fertilizantes.

Sabemos que os fertilizantes chegam na propriedade dos agricultores a um preço muito elevado, por isso começamos a buscar as razões de tudo isso e chegamos a alguns cálculos que nos assustam, como, por exemplo, o valor elevado da estadia cobrada do porto de Itajaí para descarga, porque na grande maioria das vezes esses produtos chegam lá e acabam entrando numa fila.

No estado do Paraná, quando um produto chega ao porto, tem prioridade de descarga. E é isso que estamos solicitando ao estado de Santa Catarina, aos administradores do porto, para que quando os fertilizantes cheguem não seja agregado no custo final dos agricultores o valor da estadia do tempo que o navio fica atracado à espera da descarga.

Graças ao bom encaminhamento, sentimos uma sensibilidade muito forte por parte do governador Raimundo Colombo, do nosso secretário da Agricultura, que também comunga dessa mesma ideia. Acredito que no momento em que concluírem as obras de ampliação e reforma do porto de Itajaí possamos levar esse benefício também ao nosso agricultor, porque ele, na verdade, adquire o fertilizante das cooperativas e aquelas que estão vinculadas à Fecoagro são meras repassadoras de custos. Então, quem vai ganhar, na verdade, é o agricultor catarinense e, em consequência, o estado de Santa Catarina, porque vamos permitir, através do porto de Itajaí, a entrada de fertilizantes também para serem levados aos estados vizinhos.

Era o tínhamos para hoje, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença no plenário do reitor da Udesc, Antônio Heronaldo de Sousa; do pró-reitor de Extensão, Maicon Moraes Nunes; e dos estudantes de Engenharia de Petróleo e de Administração Pública de Balneário Camboriú.

Quero comunicar que daqui a pouco o reitor Antônio Heronaldo de Sousa fará uso da tribuna e gostaria de agradecer a concordância dos líderes de partidos que permitiram que o reitor pudesse falar um pouco sobre o trabalho da Udesc.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, da mesma forma, quero registrar a presença do magnífico reitor e a comitiva da Udesc. Estivemos reunidos há poucos instantes para discutir o orçamento para 2013.

Também gostaríamos de registrar, com satisfação, a presença no plenário do vereador José Maria Ferreira, que veio lá de Correia Pinto prestigiar esta sessão.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda restam sete minutos do horário dos Partidos Políticos. Porém, como existe um entendimento entre as lideranças para aguardarmos até as 16h para entrarmos na Ordem do Dia, vamos suspender a sessão e solicitamos, de antemão, que os srs. deputados que se encontram nos gabinetes desçam ao plenário para que possamos reiniciar os trabalhos exatamente as 16h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0204/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

As próximas votações se referem a mensagens de veto, para o que precisamos de quórum qualificado.

Solicito à assessoria que confira a presença dos srs. parlamentares no painel, para verificarmos se temos quórum qualificado para deliberar.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, acho que poderíamos convidar os srs. deputados que estão em seus gabinetes para virem ao plenário porque me parece que há mais deputados na Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, parece-me que não temos quórum e peço a v.exa. que não retire os vetos da pauta, se é que estão em pauta, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Darci de Matos, vamos dar mais alguns minutinhos porque é grande a presença de deputados na Casa, mas é preciso que eles desçam ao plenário.

(Pausa)

Como está perfeitamente visível, temos em plenário apenas 16 deputados, número insuficiente para deliberarmos sobre os vetos.

Portanto, retiramos da pauta da sessão de hoje as mensagens de veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0427/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0428/2012, 0429/2012 e 0430/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; e 0431/2012, 0432/2012 e 0433/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0986/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0987/2012, 0988/2012, 0992/2012 e 0993/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0989/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0990/2012 e 0991/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0994/2012, de autoria do deputado Sandro Silva; 0995/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0996/2012, 0997/2012, 0998/2012, 0999/2012, 1.000/2012, 1.001/2012, 1.002/2012 e 1.003/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tenho três indicações e gostaria de rapidamente discorrer sobre as mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Darci de Matos, como não há quórum inclusive para votar as moções, concedo-lhe a palavra, pela ordem, para que discorra sobre suas indicações.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, apresentei três indicações a este Plenário que dizem respeito a Joinville. A primeira delas solicita ao secretário Eduardo Deschamps, que mantenha as extensões do ensino médio nos bairros porque a secretaria da Educação

não comunicou aos alunos, aos pais e à comunidade a retirada das extensões, como na zona sul, no Espinheiros e na região do Aventureiro.

A segunda indicação, sr. presidente, é endereçada também à secretaria da Educação, no sentido de que libere, o mais rapidamente possível, R\$ 2,5 milhões para a restauração e reforma do Colégio Conselheiro Mafra, que é um patrimônio histórico de Joinville e está interditado. Precisamos fazer isso urgentemente, porque aquela foi a terceira escola básica do estado criada e comemorou 100 anos há poucos meses.

A terceira indicação diz respeito à construção de escolas. Faz mais de dez anos que não se constrói uma escola estadual no município de Joinville. Na gestão do então secretário Paulo Bauer, ajudamos o município a construir escolas municipais, mas precisamos escolas nos bairros de Espinheiros, Aventureiro, no Parque Guarani, no Morro do Meio e na Vila Nova. A construção dessas cinco escolas custa de R\$ 18 milhões a R\$ 20 milhões, e se não houver recursos no orçamento da Educação, poderemos lançar mão dos R\$ 3 bilhões do BNDES, porque nós as incluímos nesse financiamento.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Sr. deputado, gostaria de reforçar o seu pedido e com sua permissão subscrever suas indicações que dizem respeito à nossa amada Joinville.

De acordo com requerimento assinado pelos srs. líderes, esta Presidência vai suspender a presente sessão para que possa fazer uso da palavra o magnífico reitor da Udesc, sr. Antônio Heronaldo de Sousa, que fará uma explanação acerca das realizações da instituição em 2012.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero parabenizar a Udesc, na pessoa do magnífico reitor, e registrar o nosso reconhecimento pelo brilhante trabalho que tem feito para a educação de Santa Catarina.

Quero dizer ainda que é um compromisso deste Parlamento dar todo o apoio para que a Udesc continue fazendo o excelente trabalho que faz.

Parabéns à direção da Udesc!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Gostaria de cumprimentar o magnífico reitor da Udesc, parabenizar o trabalho feito na universidade e reconhecer a importância que tem o ensino gratuito em todos os níveis, principalmente no nível superior, para o nosso estado. Se quisermos ter um estado de qualidade, cada vez mais precisamos investir na educação. Por isso, coloco-me à disposição para o que for possível.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero associar-me a todas as manifestações de reconhecimento ao reitor, ao corpo docente e discente e a todos os colaboradores que construíram a história vitoriosa da Udesc.

Desde a sua concepção, nos idos tempos de Celso Ramos ainda, até sua implementação e consolidação, a Udesc tem-se constituído numa fonte de ensinamentos, de conhecimentos, de troca de experiências em todos os setores.

Mas no momento em que a universidade tem que cumprir um novo papel, a Udesc ficou lamentavelmente muito tempo somente nas cidades

principais, Joinville, Florianópolis e Blumenau, e perdeu o tempo de se encontrar com o interior. Por isso é que precisa ter o maior apoio desta Casa para que possa continuar expandindo-se para ir ao encontro dos catarinenses de todas as regiões.

No sul do estado já temos uma importante presença, mas queremos ampliar no sul, no norte, no oeste, em todos os rincões de Santa Catarina.

Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - A Presidência agradece mais uma vez a presença do magnífico reitor da Udesc.

Na sequência da sessão, em Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - O sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, antes de fazer o meu pronunciamento a respeito de um tema que vem sendo debatido nesta Casa e também no âmbito federal, não posso deixar de registrar o meu reconhecimento ao reitor Antônio Heronaldo de Sousa, que acabou de se pronunciar, até porque tive, deputado Reno Caramori, uma experiência prática no planalto norte catarinense, no município de São Bento do Sul, quando tive a oportunidade de ser prefeito. Lá foi feita uma extensão da Udesc para felicidade de toda aquela região.

E de fato a Udesc tem levado conhecimento de qualidade ao interior de Santa Catarina, mesmo porque é uma universidade reconhecida pelo ensino de qualidade, já avaliado por várias instituições no Brasil. Portanto, não podemos deixar de dar o nosso apoio a essa universidade que para nós é um orgulho.

Por outro lado, sr. presidente, inúmeras vezes debatemos em encontros, em reuniões, junto aos parlamentares federais, ao governo federal, na nossa velha defesa da implantação de ferrovias no Brasil, com vistas à integração e ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina, em especial do oeste e do planalto norte catarinense.

Ouvi atentamente o deputado Mauro de Nadal, o deputado Antônio Aguiar, que ontem fez um

pronunciamento a respeito do planalto norte catarinense, pedindo mais investimentos tanto do governo federal, quanto do governo estadual.

Em agosto tivemos a notícia de que o governo federal tomara a louvável iniciativa de fazer a concessão de ferrovias, de rodovias, de portos e de aeroportos. Esse é o caminho, deputado Reno Caramori, para o Brasil mudar a situação caótica da nossa infraestrutura.

Quando se fala em concessão, sr. presidente, muitas vezes se confunde com privatização. Na concessão o patrimônio continua do governo, que delega o mando a uma empresa, por um determinado número de anos, para fazer os devidos investimentos, que são realizados com muito mais celeridade do que por parte do governo, que controla tudo através de suas agências reguladoras.

Como dizia, no mês de agosto foi divulgada a concessão de algumas linhas, de alguns ramais ferroviários. Na época, a ligação de São Paulo, deputado Romildo Titon, vinha pelo Paraná até o município de Mafra, em Santa Catarina, o que, na avaliação de alguns, não era suficiente para o planalto norte catarinense. Na minha avaliação, trata-se de um grande avanço, porque permite que futuramente também se contemple o planalto norte, mais especificamente os municípios de Mafra, Canoinhas, Porto União, Major Vieira, Três Barras, Papanduva, Monte Castelo, Itaiópolis, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre, fazendo com que esse ramal possa ser estendido ao porto de Itapoá, que é um dos portos mais eficientes do Brasil, e ao porto de São Francisco do Sul.

Esse trecho já estava decidido. No entanto, deputado Reno Caramori, sempre defendemos que o oeste e o meio-oeste catarinense são os grandes celeiros da agroindústria, ou seja, da indústria de transformação de suínos, aves etc. Sempre defendemos também que deve existir um preço menor para o milho, o que não vai acontecer porque o governo está subsidiando o tempo todo.

Uma posição sempre defendida aqui é que com o sistema de implantação da rede ferroviária, as

linhas que farão a ligação com o Paraná e com o centro-oeste brasileiro (Goiás, Mato Grosso do Sul) irão permitir que os insumos cheguem a Santa Catarina por um preço melhor, dando condições aos nossos empreendedores de terem produtos mais competitivos tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Agora, o presidente da Empresa de Planejamento e Logística, sr. Bernardo Figueiredo, que esteve no Rio Grande do Sul, informou que a ligação vai acontecer também de São Paulo com o oeste catarinense, o que é uma decisão inteligente e sábia. É certo que para que essa decisão fosse tomada houve muitas reivindicações de lideranças políticas catarinenses e gaúchas, o que é muito importante.

Assim, temos uma boa notícia e iremos continuar, sim, defendendo também a construção do ramal do oeste com o leste catarinense, ou seja, do grande oeste com os nossos portos de Itajaí e de Navegantes.

Na próxima semana, mais precisamente no dia 14, às 15h, deputado Nilson Gonçalves, teremos uma agenda no ministério dos Transportes, juntamente com uma comitiva de parlamentares de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, independentemente de cor partidária, que querem tomar conhecimento com mais profundidade desse projeto e dessa nova decisão do governo.

Por outro lado, em dezembro teremos o encontro do Parlasul, pois há um interesse muito grande dos argentinos, uruguaios e paraguaios nesse assunto das ferrovias, e v.exa., deputado Nilson Gonçalves, me ajudou muito na Argentina, pois foi meu intérprete. Há, como disse, um interesse extraordinário para que haja a integração dos estados do sul e do centro-oeste brasileiro e também do Uruguai e da Argentina, até em função do Mercosul.

Então, sr. presidente, agradeço a oportunidade de fazer esse pronunciamento a respeito desse tema tão relevante para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, enquanto eu presidia esta sessão por vários momentos pensei em me dar a palavra para prestar uma homenagem aos radialistas pelo seu dia.

Sr. presidente, fizemos uma indicação a ser encaminhada ao Sindicato dos Radialistas e à Acaert, manifestando o nosso sentimento e quero aproveitar o momento para transmitir, através desta Casa, através de minha pessoa e tenho certeza também que é o sentimento dos demais deputados, parabéns a todos os radialistas e ao presidente Hugo Silveira Lopes, um dos mais antigos radialistas de Santa Catarina.

Para quem não sabe, o Dia do Radialista durante muito tempo foi comemorado no dia 21 de setembro. Mas a Lei n. 11.327, de 24 de julho de 2006, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acabou mudando a data para o dia 7 de novembro. E passamos a comemorar no dia 7 de novembro o Dia do Radialista, em homenagem ao músico e radialista Ari Barroso, um dos grandes nomes do rádio brasileiro. Com essa mudança, nós, radialistas, passamos a ter duas datas para comemorar, além do Dia do Radioamador, que é mais um dia para ser comemorado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Nilson Gonçalves, vim com o texto pronto e acabei de me inscrever para homenageá-lo e, em seu nome, todos os radialistas. Estou com um texto preparado, dando conta, inclusive, dessas várias datas. Depois do seu tempo, vou homenageá-lo e homenagear sua cidade.

Lendo o texto de autoria do radialista Léo Saballa, destacado profissional do rádio em Joinville, que foi publicado em 2005 no *site*

carosouvintes.com.br, por iniciativa do multimídia Antunes Severo, vi que o referido texto nada mais é do que a *Oração do Radialista*.

Na seqüência vou usar da palavra para, através dessa oração, homenagear todos os radialistas de Santa Catarina e do Brasil. Mas agora tenho que o cumprimentar por essa profissão tão nobre de v.exa. e de todos os seus colegas de profissão, porque neste último século a evolução tecnológica foi um negócio extraordinário, a começar pelo telefone celular. Hoje, a coisa menos importante que ele faz é telefonar, é um multimídia completo. Mas mesmo com toda essa evolução, nada ainda é mais eficiente, não há nenhum meio, nenhum veículo que tenha o poder, a eficiência, a eficácia do rádio, aparelho que em todos os lares do Brasil há no mínimo uma unidade.

Parabéns a v.exa., que construiu a sua carreira profissional com brilhantismo, com imparcialidade, com responsabilidade, de forma contundente, e que através dela fez tão bem feita a sua imagem que já está aqui pelo quarto mandato e certamente muitos mais virão ainda, em reconhecimento a sua capacidade, a sua articulação, a sua seriedade no cumprimento da missão profissional.

Parabéns a v.exa., meu querido amigo, e a todos os seus colegas de profissão.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, vou até falar uma palavra difícil, sinto-me regozijado por suas palavras. Mais uma vez obrigado pelas amáveis palavras que dedicou à minha pessoa.

Eu, para quem não sabe, sou radialista profissional, estou no rádio desde 1982 e desde então faço diariamente o meu programa. Estou na televisão desde 1992, assim, este ano estou fazendo 30 anos de rádio e 20 anos de televisão. Há 30 anos cumprimento cada vez que abro o meu programa as minhas comadres, os meus ouvintes e também os meus ouvintes itinerantes, que são a grande massa, estão transitando de um lado para outro e ouvindo o meu programa lá na minha região.

E o interessante, deputado Joares Ponticelli, é que o rádio jamais vai ser substituído. Lá na baía da Babitonga, o pessoal está pescando e como me chamam de *Nirsinho*, dizem: "Estou ouvindo você aqui, *Nirsinho*, estou pescando aqui na baía!"

É muito interessante essa interação que se tem com o ouvinte do rádio e por isso é uma profissão apaixonante. Tenho uma grande dedicação e paixão por ela e se tiver que optar alguma vez entre uma coisa e outra, nunca deixarei de ser radialista. O rádio vai estar sempre em primeiro plano, porque amo ser radialista.

Eu quero transmitir o meu abraço especial a todos os radialistas. V.Exa., deputado Joares Ponticelli, citou Léo Saballa, grande radialista de Joinville, meu grande amigo, e mando um abraço a todos os radialistas da minha terra, da minha região e de Santa Catarina, enfim, a todos aqueles que dedicam sua vida ao rádio, não fazendo dele um trampolim. Porque a verdade é que há muitos radialistas que fazem rádio para, através dele, alcançar outros objetivos em suas vidas.

Meu abraço a todos aqueles que realmente amam o rádio, trabalham, fazem dele a sua profissão e amam aquilo que fazem. Para esses o meu abraço fraterno, o meu carinho, a minha admiração, porque são lutadores em uma profissão injustiçada, são formadores de opinião e deveriam ser mais respeitados e ter salários mais dignos.

Deputado Joares Ponticelli, vou ficar aqui para ouvi-lo atentamente, porque sei que quando v.exa. utiliza a tribuna sempre se aprende alguma coisa, sempre se aproveita suas palavras. Sou um grande admirador seu, sou seu fã número um como presidente da Unale e, quiçá, presidente desta Casa futuramente.

Dito isso, sr. presidente, não vou entrar em outro assunto, porque levaria mais dez minutos e eu ficaria novamente irritado. Então, prefiro encerrar as minhas palavras deixando o meu abraço fraterno e especial a todos os radialistas no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero saudar todos os nossos colegas deputados, saudar o público que nos acompanha pela TVAL, parabenizar o colega Nilson Gonçalves e todos os radialistas, principalmente pelo Twitter, pois quando se aproximam essas datas começam as mensagens. Daí um diz que essa não é a data do radialista, é a do rádio. Então, são várias datas.

Mas acho que essa homenagem é merecida todos os dias. Lembro-me de grandes amigos da Rádio Comunicação, lembro-me de James Moura, com mais de 30 anos no rádio, já falecido. Ele trabalhou no extremo oeste do estado, na Rádio Progresso, na Rádio Peperi, depois na Rádio Camboriú e na Transamérica, de Balneário Camboriú.

Quero fazer uma homenagem a Gilberto Luz pela passagem do Dia do Radialista, que agora está também na TV Panorama, e uma homenagem especial a Nando Tigrão, do canal 100, da Transamérica, da Rádio Menina, de Balneário Camboriú, ao Narbal Andrade de Souza, à Inalda do Carmo e a toda equipe pela importância do programa.

Srs. deputados, quero registrar, mais uma vez, o nosso reconhecimento pelo trabalho da Udesc no estado de Santa Catarina. Dez cidades estão sendo atendidas, com 48 cursos de graduação, 22 cursos de pós-graduação, 2,5 milhões de pessoas que já passaram por cursos, treinamentos, palestras, 5.500 engenheiros, 2.500 administradores e 18 mil pedagogos.

Então, são números que dignificam e honram Santa Catarina. Por isso, foi muito importante receber hoje, nesta Casa, o magnífico reitor, a direção e os acadêmicos da Udesc.

Sr. presidente, o assunto principal que me traz à tribuna é a questão da segurança pública. Hoje recebemos os representantes do Sinpol - Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina -, o presidente e a diretoria. Temos ainda o Sintrasp que, por uma decisão da Justiça do Trabalho,

perdeu o direito de sindicalização para o Sinpol. Estiveram aqui Pedro Cardoso, Augusto, Juninho, Mamão, Murilo, enfim, toda a equipe da diretoria do Sinpol preocupada com várias questões.

O primeiro problema quem vem preocupando os profissionais da Segurança Pública é o avanço da criminalidade, deputado Joares Ponticelli, principalmente dentro dos presídios. E alguém da Segurança disse: "O deputado assumiu que reconhece que há esse perigo dos grupos organizados dentro dos presídios e que é querer enganar a sociedade dizer que aqueles elementos que estão presos cumprindo pena também não se organizam e não articulam a criminalidade".

O grande problema que a Segurança Pública enfrenta, principalmente os policiais e os agentes prisionais, é que os presos, de dentro dos presídios, dão ordens para os que são liberados praticarem crimes contra policiais. Já tive a oportunidade de ler mensagens transmitidas por celular em nome de um preso que não se apresentou após os sete dias de liberação pela Justiça. Esse preso saiu com a missão de cometer um atentado contra um policial que teria atuado no desbaratamento de uma quadrilha cujos líderes estão presos em São Pedro de Alcântara.

Portanto, devemos agir com rigor, através de uma legislação forte, contra aqueles marginais que estão presos, para que quando saírem temam a Justiça e o policial que cumpre a lei. Quanto aos que não retornam aos presídios, muitos deles temem uma represália dos internos por não terem cumprido a missão que lhes foi destinada. Então, não retornam, porque sabem que estão com uma sentença de morte e continuam nas ruas praticando crimes até serem caçados por outros marginais.

Diante disso, realmente existe a necessidade de pensar, na área de inteligência, da legislação, em diferentes formas para conter essas determinações que emanam dos presídios, porque é lá que está o problema. Não adianta continuarmos com essa guerra aqui fora, em que o policial é um alvo fácil, que não conhece quem vai praticar o

atentado contra ele, enquanto os bandidos estão protegidos nos presídios e dando ordens.

O estado de São Paulo, juntamente com as autoridades federais, ontem mesmo já começou a redistribuir os líderes dessas quadrilhas. O Sinpol está muito preocupado com o policial que está exposto nas ruas, no dia a dia. Precisamos dar condições para esses policiais trabalharem com segurança. Até os coletes à prova de bala devem ser individuais. Quando o policial sair de casa já deverá estar vestido com o seu colete e até mesmo quando não estiver trabalhando.

Nos últimos dias tivemos o assassinato da agente Deise. O autor confessou que o crime estava encomendado para o marido dela. Mas eles se confundiram devido à cor do carro. Disse também que tinha consciência de que ele estaria condenado à morte, por determinação dos presos que encomendaram o crime, caso ele não cumprisse a missão que lhe destinaram.

Sr. presidente, em virtude do tempo estar-se esgotando, amanhã continuarei a minha exposição.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, pegando um gancho nessa manifestação do deputado Maurício Eskudlark, gostaria de dizer que outra questão que me chama a atenção é que, às vezes, alguns setores da mídia, algumas ONGs, quando um marginal é morto por um policial, acabam fazendo todo um barulho, um *mis-en-scène* em cima daquele assassinato querendo, ainda, transformar o bandido em mocinho e vice-versa. Agora, quando o crime organizado começa a executar policiais - e em São Paulo já está na casa dos 100 assassinatos apenas neste ano -, algumas reações são no sentido de colocar em dúvida se aquele policial era um homem correto, porque, às vezes, tenta-se insinuar que o policial foi morto porque pertencia a alguma facção

criminosa. Ainda há esse conceito equivocado solto por aí!

É verdade que no meio da polícia, como em qualquer outro setor da sociedade humana, há uma minoria que foge à regra da boa conduta. Isso ocorre em qualquer atividade humana, ou seja, na polícia, na política, no clero, no meio empresarial, entre os profissionais liberais, ou seja, onde há atividade humana há acertos e erros, e, graças a Deus, mais acertos do que erros.

Então, não há nenhuma categoria que possa colocar-se imune e acima do bem e do mal. Isso não existe! Mas a verdade é que, às vezes, o bandido é executado porque o policial sabe que hoje há dificuldade até para prendê-lo. Eu acho que temos mais mandados contra bandidos que ainda estão soltos na rua do que mandados cumpridos! Então, quando um policial acaba executando um bandido, por vontade ou não, é, muitas vezes, promove uma comoção maior do que quando um policial, cumprindo o seu dever, cumprindo a sua missão, é executado, como está acontecendo.

Deputado Maurício Eskudlark, essa onda crescente de criminalidade não é mais problema exclusivo do Executivo nem da Polícia, mas desta Casa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da sociedade organizada.

Precisamos conclamar o mutirão, inclusive viabilizar recursos para isso, porque temos que ter dinheiro para equipar, aparelhar e construir presídios. E vamos tirar de onde, deputado Nilson Gonçalves? Da Educação e da Saúde, que já padecem da falta de recursos?

Temos que identificar onde há dinheiro guardado e cada poder tem que dar a sua contribuição para constituir um fundo para combater o crime efetivamente, deputado Maurício Eskudlark, e chamar a sociedade organizada para envolver-se e fazer o enfrentamento, porque a maioria desses crimes se origina no tráfico de drogas.

Eu vi, deputado Nilson Gonçalves, em Vera Cruz, e relatei isso nesta semana, o policiamento

ostensivo de policiais com roupa camuflada e metralhadoras rondando de 15 em 15 minutos e entrando em todos os ambientes. Se não partirmos para a ostensividade, acho que vamos continuar perdendo a batalha - e não podemos perder a guerra.

Essa era a manifestação que queria fazer em solidariedade a v.exa., à sua categoria, tanto de policiais civis como militares, que está aí vivendo um momento de angústia. Eu estive em Tubarão, deputado Reno Caramori, na segunda-feira à noite, com representantes do 5º Batalhão e de toda região, e senti a angústia que esses profissionais estão vivendo. A todos a nossa solidariedade e a certeza de que temos o dever de promover esse mutirão em defesa da gente catarinense.

Mas faço a minha manifestação de homenagem a v.exa., deputado Nilson Gonçalves, e aos seus colegas profissionais. E não vou citar o nome dos radialistas da minha cidade, pois são muitos. Lá temos três rádios AM, mais as FM e vou acabar esquecendo alguém e depois vou ser incompreendido.

Mas quero, em nome do deputado Nilson Gonçalves, que é o radialista mais próximo de nós, e em nome das três rádios AM da minha cidade, a Rádio Tubá, que é vinculada à Igreja Católica e a mais antiga da cidade, a Rádio Bandeirantes e a Rádio Santa Catarina, homenagear todos os profissionais do rádio na passagem de mais essa data comemorativa.

Em Santa Catarina, deputado Reno Caramori, Blumenau tem a marca do pioneirismo. A primeira emissora foi a PRC-4, Rádio Clube de Blumenau, em 1936. E também foi em Blumenau, em 1969, que surgiu a primeira emissora de televisão de Santa Catarina, a TV Coligadas. Passados quase 80 anos, o estado conta com a cobertura de mais de 100 rádios AM, outras tantas FM - mais de 120 - e mais de 20 emissoras de televisão.

Nesse importante segmento do mercado trabalham centenas de radialistas. São locutores, noticiaristas, apresentadores, narradores, comentaristas, repórteres, redatores, operadores,

cinégrafistas, produtores, diretores e outros profissionais. Eles utilizam diariamente microfones e câmeras para interagir com as pessoas onde quer que elas estejam. São palavras que informam, orientam, compartilham valores, culturas, histórias, alegrias e tristeza. Ouvem e colaboram na solução de assuntos comunitários. Enfim, os radialistas são mensageiros das novidades que facilitam o cotidiano dos catarinenses. E o seu amigo Léo Saballa escreveu a seguinte *Oração do Radialista*:

(Passa a ler.)

“Senhor,
Faça deste microfone
um condutor da verdade.

Mantenha-me firme e sereno
para equilibrar o meu senso de justiça.

Direcione o meu conhecimento para
produzir faíscas de esperança.

Não permita que me perca pelos
caminhos distantes da razão.

Jamais deixe algum sentimento
distorcer a essência do que precisa ser dito.

Senhor,
ilumine as minhas palavras para que
elas carreguem alento.

Conceda-me
sabedoria para falar e bastante
paciência para saber ouvir.

Inspira-me com bons pensamentos
e que eu defenda apenas o que acredito.

Senhor,
mantenha-me seguro todos os dias
na sinuosa pista de humildade.

Que a minha voz se faça ouvir

sem frieza nem sensacionalismo.

Livra-me da arrogância,
do medo, da vaidade e da indiferença.

Evite que usem indevidamente a minha voz
para prejudicar alguém.

Faça de mim porta-voz da cidadania,
da credibilidade e da isenção.

Senhor,
imeça que eu induza a pré-julgamentos
ou a condenações.

Corrija o meu excesso
de individualidade e me torne
mais flexível.

Dá-me firmeza para eu não escorregar
nas armadilhas da palavra.

Senhor,
proteja minhas cordas vocais,
ferramenta do meu ganha pão.

Proteja, Senhor,
todos os meus ouvintes,
razão do meu trabalho.”[sic]

Com essa bela oração, deputado Nilson Gonçalves, de autoria do seu amigo e companheiro Léo Saballa, quero homenagear v.exa. e todos os profissionais que atuam nesse importante, indispensável e insubstituível, deputado Reno Caramori, como disse aqui o deputado Nilson Gonçalves, veículo de comunicação, o mais popular em todos os lares. Aliás, acho que a média passa de um por lar. Dispensam-se até outros equipamentos, mas nunca o rádio.

Por isso, parabéns a v.exa. e a todos que atuam nesse ramo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli, pelas suas palavras. Realmente, não há como substituir o rádio. Mais uma vez, um grande abraço a todos e muito obrigado pelas suas palavras!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados e sras. deputadas, escutamos atentamente as homenagens que foram, merecidamente, feitas ao nosso colega Nilson Gonçalves e a todos os radialistas de Santa Catarina.

Mas quero lembrar, deputado Joares Ponticelli, que a PRC-4, de Blumenau, foi pioneira em Santa Catarina, e a terceira ou quarta rádio a se instalar no estado foi a Rádio Caçanjurê, de Caçador, que está no ar há 64 anos. Inclusive, no ano passado prestamos uma homenagem à Rádio Caçanjurê, da qual perdemos, há dois anos, o radialista mais antigo da região, Jair Santos Lima, que tinha mais de 60 anos de atividade profissional. Grande Jair, radialista e comentarista de futebol!

Enfim, nesta oportunidade queremos cumprimentar todos os radialistas de Santa Catarina, deputados Joares Ponticelli e Nilson Gonçalves, através da Rádio Alesc Digital, de todo o grupo de comunicação desta Casa, que presta um excelente trabalho levando as notícias do Poder Legislativo a toda a sociedade catarinense.

Ontem comentava com o Flavinho, que se elegeu vereador em Caçador pelo Partido dos Trabalhadores, que tem alguns anos de rádio, a respeito do Dia do Radialista.

Quero aproveitar para fazer um registro nesta Casa aos nossos catarinenses e brasileiros, que em 1977 eu era prefeito de Caçador e propus a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina lá no meu município. O governador era o dr. Antônio Carlos Konder Reis. Em 1978 realizamos os Jogos Abertos de Santa Catarina. Foi uma árdua missão, porque não tínhamos estrutura nenhuma.

Construímos um kartódromo, um velódromo, construímos todo um complexo de atletismo, um

ginásio de esportes, cancha de bocha, adaptamos as canchas de bolão, construímos as canchas de tênis de campo, construímos todos os *stands* de tiro, tiro ao prato, tiro de carabina, tiro de precisão, enfim, construímos um parque esportivo em Caçador, que agora foi remodelado e reabilitado para a realização dos Jogos Abertos, que tiveram início na noite de ontem.

Lá estiveram o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, o secretário adjunto de Esportes, o secretário da Casa Civil, o presidente da Fesporte, Pecos Borsatti, o prefeito de Caçador e o deputado Valdir Cobalchini, que prestigiaram o evento. O mais bonito foi a abertura que a equipe da Fesporte preparou. A solenidade, que não teve um custo tão alto, foi muito bonita e condizente com a realidade.

Tivemos a recepção de 83 municípios, que vão competir em 26 modalidades durante dez dias no município de Caçador.

Foi uma bela festa, uma bela abertura. Só fiquei chateado quando toda Santa Catarina ouviu o discurso do prefeito. Era um belo discurso, até que desandou quando fez uma afirmação que não admito, ou seja, que Caçador fica na região mais pobre de Santa Catarina. É lamentável que um prefeito tenha a capacidade de, perante delegações de 83 municípios de todo o estado, fazer esse tipo de registro. Mesmo que fosse verdade, como prefeito, como principal mandatário do município, jamais poderia fazer um registro subestimando a capacidade do caçadoreense, do matocostense, do calmonense, do lebonregense, do rioantense, do timbograndense e do macieirense.

É verdade que tivemos alguns percalços no desenvolvimento da nossa terra, até em consequência de um fato histórico ocorrido há 100 anos, a Guerra do Contestado, que eliminou muitas vidas. De qualquer forma, a empresa que lá se instalou deixou tecnologia, deixou riqueza, deixou estrutura.

Então, não podemos admitir que o prefeito Imar Rocha, da nossa terra, Caçador, na abertura de um evento tão bonito, que são os Jogos Abertos,

menospreze, subestime, a capacidade do nosso povo, do nosso empresário, do nosso trabalhador, dizendo que pertencemos à região mais prejudicada de Santa Catarina. Até por isto já foi apelidado de prefeito miserável, porque diz que a nossa terra é de miseráveis. Ele vai a Brasília, juntamente com outros prefeitos, e diz que somos de uma região miserável.

Que barbaridade! Eu já fui prefeito daquela terra e sempre engrandeci a luta da nossa gente, do nosso trabalhador, do nosso agricultor, do nosso pecuarista, do nosso empresário, do nosso profissional liberal, do nosso comerciante, enfim, de todos os que compõem a nossa sociedade, mostrando que mesmo depois de uma guerra como a do Contestado sobrevivemos e temos orgulho de dizer que Caçador é uma das principais cidades de Santa Catarina.

Faço este registro porque não se admite que um prefeito, seja de qual for o município, tenha a capacidade de desmoralizar a sua região perante uma plateia de jovens esportistas que a visitam. Lamento, como caçadoreense, como catarinense de coração, que alguém faça esse tipo de comentário do nosso querido município de Caçador. Sabemos que é um dos principais municípios, temos um grande número de empresas que exportam, empresas que servem de exemplo para o estado na questão do meio ambiente, como é o caso da Tedesco, da Adami e da Sul Brasil, que são referência e que prestam um grande serviço à sociedade, mostrando o quanto é importante o cuidado com a natureza.

Gostaria que um dia o prefeito se retratasse e dissesse que não estava bem, que estava enganado, pois o vice-governador escutou o seu pronunciamento, e nós nos envergonhamos diante das autoridades que lá estavam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.